

Projeto Político-Pedagógico

EE PRES. VARGAS

2022

1-Identificação

E.E.P.V. Escola Estadual Presidente Vargas

Endereço: Rua Oliveira Marques, 1955 - centro

CEP: 79805021

Dourados – Mato Grosso do Sul

Telefones: (67) 3411-7980 (67) 3411-7981

E-mail: eevargas@sed.ms.gov.br

Site: www.escolapresidentevargas.com.br

Código da Escola: 50016024

Entidade Mantenedora: SED – Secretaria de Estado de Educação.

CNPJ da Escola: 02.585.924/019494

1. a- ATOS LEGAIS:

Ato de Criação: Decreto nº 2086 data: 08/07/1974. D.O.nº16.630 de 12/07/1974.

Ato de Autorização do Ensino Fundamental (Anos Finais) e Ensino Médio: Resolução/ SED nº 3.528 de 17/12/2018. D.O. nº9.803 de 18/12/2018, p.03,04. (05 anos).

Ato de Autorização do Projeto AJA – Ensino Fundamental - Resolução/SED nº 3.068, de 20/07/2016. D.O.nº9.241 de 02/09/2016, pág.12. (a partir de janeiro/2016).

Ato de Autorização do Projeto AJA – na Etapa Ensino Médio – Trajetória: Resolução/SED nº3.372, de 28/12/2017. D.O. nº9.563, de 29/12/2017, pág. 15. (05 anos)

1.b- ETAPAS E MODALIDADES DE ENSINO OFERECIDO PELA ESCOLA:

Ensino Fundamental (Anos Finais);

Ensino Médio;

Projeto AJA/MS Avanço do Jovem no Ensino e Aprendizagem de Mato Grosso do Sul (Ensino Fundamental – anos finais e Ensino Médio)

1.c-TURNOS:

Matutino: 7 h às 11h25min;

Vespertino: 13h às 17h25min;

Noturno: 19h às 22h35min.

1. d- EQUIPE DE GESTÃO:

Diretora: Maria Carvalho Soares;

Diretor-Adjunto: Marcel dos Santos Borba.

2-Apresentação e base legal do PPP

O Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Presidente Vargas é elaborado com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 e demais legislações do Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul.

Segundo Veiga (1995), “um Projeto Político Pedagógico (PPP) ultrapassa a dimensão de uma proposta pedagógica, é uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente”, formaliza e organiza o currículo escolar por meio de um planejamento geral de todas as ações inseridas no contexto educacional, com foco no trabalho participativo, expressa os anseios e contribuições dos segmentos da comunidade escolar.

Diante do exposto, compreende-se que o Projeto Político Pedagógico é de fundamental importância para a organização do trabalho da escola como um todo, sendo um documento alinhado a Base Nacional Curricular Comum (BNCC) e ao Currículo do MS. O PPP direciona e organiza todo o fazer pedagógico sempre visando às metas a serem atingidas em busca dos resultados almejados.

Segundo Neves (1995) o Projeto Político Pedagógico é:

“[...] um instrumento de trabalho que mostra o que vai ser feito, quando, de que maneira, por quem, para chegar a que resultado. Além disso, explicita uma filosofia e harmoniza as diretrizes da educação nacional com a realidade da escola, traduzindo sua autonomia e definindo seu compromisso com a clientela. É a valorização da identidade da escola e um chamamento à responsabilidade dos agentes com as racionalidades internas e externas. Esta ideia implica a necessidade de uma relação contratual, isto é, o projeto deve ser aceito por todos os envolvidos, daí a importância de que seja elaborado participativa e democraticamente. (NEVES, 1995, p. 110)

A Escola Estadual Presidente está situada na região central de Dourados – MS, sendo assim, atende um corpo discente heterogêneo, prioriza um ensino de *qualidade e busca contemplar toda diversidade apresentada pela sociedade local e atual*. Nesse sentido, a Escola é vista como uma instituição histórica e cultural, compondo um espaço em que as experiências humanas são produzidas, compartilhadas e legitimadas. Suas ações são resultados de vivências trazidas por cada membro da comunidade escolar.

Em busca do ideal de Escola que todos almejam, o trabalho parte das situações problemas com propostas alicerçadas no cotidiano escolar e temáticas contemporâneas, objetivando a superação dos problemas detectados, incentivando o protagonismo juvenil, estimulando o aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento crítico, o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, o respeito, a liberdade e tolerância, a arte e o saber, assim como formar cidadãos críticos que, por meio da vivência escolar, estejam aptos para participar efetivamente do seu papel na sociedade de uma forma consciente.

Em síntese, esse documento expressa a ideologia da Escola e todo o seu fazer pedagógico, ressaltando as habilidades e competências dos estudantes por meio de ações e práticas. Tais ações demandam uma avaliação geral e contínua, exigidas pela dinâmica do cotidiano escolar, resultando em atualizações que são inseridas anualmente em forma de anexos no final do presente documento, e constituindo-se em parte integrante do mesmo.

3-Missão

Assegurar o ensino de qualidade garantindo o acesso e a permanência dos estudantes na escola, oportunizando caminhos para exercitar seu protagonismo na sociedade.

4-Visão

Uma educação integral que contribua para uma sociedade inclusiva e igualitária.

5-Valores

Respeitar e valorizar as diferenças socioemocionais, incentivar o uso das tecnologias, estimulando o protagonismo juvenil, para busca de soluções criativas e inovadoras na resolução dos desafios do mundo.

6-Histórico da escola

A Escola Estadual Presidente Vargas é uma das maiores instituições de ensino do município de Dourados – MS e também do estado do Mato Grosso do Sul, funcionando há mais de 60 (sessenta) anos. Foi criada pela Lei Estadual nº 427 de 02 de outubro de 1951, pelo então Governador do Estado do Mato Grosso, Dr. Fernando Correia da Costa, com a denominação de Ginásio “Presidente Vargas”, tendo iniciado suas atividades educacionais a partir de 01 de janeiro de 1953.

A área destinada para a construção do Ginásio foi doada pelo Professor Celso Müller do Amaral, com um total de 10.000 m², localizada na região central da cidade, tendo por limites: ao sul com a Rua Oliveira Marques, ao Norte com a Rua Ciro Mello, a Leste com a Rua Hayel Bon Faker e a Oeste, com a Rua João Cândido da Câmara, sendo todas denominações atuais.

Com a implantação da Lei Federal nº 5692 de agosto de 1971, o Governador do Estado de Mato Grosso, Dr. José Manuel Fontanillas Fragelli, por meio do Decreto nº 2.036, de 08 de julho de 1974, publicado no Diário Oficial de 12/07/1974, estabeleceu a criação da “Escola Estadual de 1º e 2º Graus Presidente Vargas”, autorizando seu funcionamento sob nº 120/76 da Divisão de Inspeção e Administração Escolar, órgão competente da Secretaria de Educação e Cultura do Estado. Em 1988 passou a denominar-se “Escola Estadual Presidente Vargas”, com a publicação do Decreto nº 9.104 de 12/05/1998.

No período de 2010 a 2014 o prédio que atualmente abriga a escola passou por reestruturação visto que, apesar de ter passado por várias reformas, a estrutura física da escola já não apresentava as condições necessárias para abrigar a comunidade escolar, sendo que os blocos de salas de aula foram reconstruídos e o bloco da fachada com a parte da estrutura administrativa reformados, conservando parte deste como elemento histórico de nossa cidade. Durante o período indicado, a escola foi transferida para outro prédio locado pela SED – Secretaria de Estado de Educação (Mantenedora da escola) no seguinte endereço: Rua Hayel Bon Faker n. 5470 – Bairro: Jardim Europa. Devido a mudança provisória da instituição escolar para um local distante de sua sede, houve redução do número de alunos, tendo em vista que no prédio provisório os espaços eram menores e, em consequência disso, a oferta de matrículas foi reduzida.

Em 2014, com a conclusão da reforma, a escola retorna para sua sede, comportando o atendimento com 30 (trinta) salas de aula, dependências administrativas e pedagógicas, e a parte mais antiga abrigando laboratórios temáticos, salas de projetos, e a biblioteca. Foi construído um anfiteatro com acomodação para 240 pessoas.

Ao longo da sua trajetória, a instituição já ofertou vários cursos profissionalizantes sob a égide da lei 5692/71 em diversas áreas, inclusive o Magistério (antigo normal). Atualmente, oferece as etapas da Educação Básica: Ensino Fundamental do 6º ao 9º anos e do Ensino Médio do 1º ao 3º anos. Em meados do ano de 2002 até o ano de 2016 a escola ofereceu o Curso Estadual Preparatório Para o Ingresso na Educação Superior (CIES), com prioridade para alunos oriundos de escolas públicas, conforme normas estabelecidas pela SED/MS. No período de 2009 a 2012, por solicitação da Comunidade Escolar, operacionalizou o Curso Técnico em Marketing Integrado ao Ensino Médio, Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios – Educação Profissional Técnica de nível médio. Em 2015 iniciou o Projeto AJA – Avanço do Jovem no Ensino e Aprendizagem de Mato Grosso do Sul; e, no ano de 2016 o Curso Técnico em Análises Clínicas – Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde.

No ano de 2020, vivenciamos um momento de crise com a pandemia provocada pelo vírus da COVID-19 que, estabeleceu o ensino remoto com aulas não presenciais como forma de conter o contágio de uma doença com a qual a medicina ainda não tinha clareza de como lidar. Alunos e professores tiveram que se reinventar, a sala de aula, antes física, passou a ser remota, por intermédio das Tecnologias Digitais e os conteúdos, bem como avaliações, disponibilizados por meio de APC (atividade pedagógica complementar). Foram desenvolvidas mais de dez (10) mil atividades durante todo o período, tornadas públicas para acesso dos educandos por meio do site da instituição escolar.

Em 2022, tivemos a implementação do Novo Ensino Médio em atendimento a implantação da BNCC (Base Nacional Comum Curricular). A grade curricular foi enriquecida com os itinerários formativos contendo novas unidades curriculares, onde os discentes podem escolher a área de conhecimento a qual pretendem se aprofundar para futuramente escolher sua área de trabalho. Também contamos com o curso da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, denominada Inspeção de Qualidade.

7- Caracterização e diagnóstico

7.1.a – PERFIL DO EDUCANDO:

Atualmente, a Escola Estadual Presidente Vargas comporta aproximadamente dois mil educandos distribuídos em turmas do Ensino Fundamental, Médio e Projeto AJA, nos períodos matutino, vespertino e noturno.

Desde a sua criação atende variados perfis de alunos, oriundos de diversas escolas (municipais, estaduais e particulares), de bairros centrais e periféricos, comunidades indígena e rural, bem como imigrantes oriundos da Venezuela, uma vez que a instituição está localizada na área central da cidade, próxima de lojas, praça, Catedral dentre outras.

Uma análise mais detalhada desses estudantes aponta que atualmente, esta instituição tem, em sua maioria, alunos provenientes de escolas estaduais públicas, seguidos de estudantes vindos de escolas municipais e, por último, educandos procedentes de escolas particulares.

Pelo fato da escola estar situada na região central da cidade de Dourados, o acesso da maioria dos alunos é por meio de carro particular (trazidos pelos pais dos educandos), os demais em ordem quantitativo por meio de ônibus (moradores em bairros mais distantes), bicicleta e motocicleta (moradores de bairros adjacentes), transporte escolar (zona rural e indígena) e alguns a pé.

Em relação a moradia dos alunos, uma grande parcela reside com os pais; um pequeno número vivem com os avós e uma minoria com tios ou outros. Cabe mencionar, que grande parte dos alunos possui acesso à internet em suas residências.

No que se refere ao processo de ensino e aprendizagem, a maioria dos alunos tem progredido, visto que obtiveram a APP – aprovação de progressão parcial para a série seguinte, porém ainda há um percentual significativo de educandos que ficaram retidos, sendo necessário um trabalho focado no desenvolvimento de ações que fortaleçam o compromisso do aluno com suas atividades curriculares e extracurriculares.

7.1.b – ACESSO E PERMANÊNCIA DOS ALUNOS NA ESCOLA.

A escola compreende o educando de forma integral, procurando conhecer a realidade do mesmo, juntamente com sua família, acolhendo as diferenças. Estes indicadores são evidenciados por meio de ações com os alunos que apresentam maior dificuldade no processo de aprendizagem; análise e investigação sobre os casos de infrequência, sugerindo adoção de medidas pertinentes; análise do desempenho dos alunos; realização de atendimento individualizado; identificação de alternativas pedagógicas para reduzir a evasão e a reprovação; e orientação aos pais e/ou responsáveis sobre a necessidade do acompanhamento familiar na vida escolar de seus filhos.

6.1.c – INDICADORES DE ACESSO.

Gráfico 1 – Indicadores de Acesso no ano de 2021.

O gráfico acima explicita o acesso de alunos no ano de 2021 na escola Presidente Vargas, considerando matrículas e evasão. No total observa-se a matrícula de 2190 alunos, sendo 593 alunos no Ensino Fundamental, 1434 alunos no Ensino Médio; 25 alunos no AJA, nível Fundamental; e 138 alunos no AJA, nível Médio, não havendo evasão em nenhuma das etapas de ensino.

Gráfico 2 – Fluxo de aluno no ano de 2021.

Já no gráfico apresentado acima demonstra o fluxo de alunos no ano de 2021. Do total de 2190 alunos, 593 eram

do Ensino Fundamental, tendo sido 574 aprovados, 19 retidos; 1434 eram alunos do Ensino Médio, tendo sido 1273 aprovados; 25 alunos eram do AJA – nível Fundamental, tendo 20 aprovados e 5 retidos; e 138 alunos matriculados no AJA – nível Médio, tendo 90 alunos aprovados e 48 alunos retidos.

Em relação ao aspecto de distorção idade-série, que corresponde à proporção de alunos com mais de dois anos de atraso escolar, a escola não obteve informações precisas. Entretanto, em um levantamento prévio, detectou-se que a maioria dos alunos frequentam seus anos escolares em idade adequada e correspondente.

8-Organização da escola

8.1 -Infraestrutura e equipamentos

8.1- INFRAESTRUTURA E EQUIPAMENTOS.

Coordenação Pedagógica	2
Sala de inspeção	1
Depósito p/ materiais de limpeza	3
Laboratório de Ciências/Biologia	1
Laboratório de Física	1
Laboratório de Química	1
Laboratório de Artes	1
Laboratório de Leitura	1
Laboratório de Ciências humanas/Redação	1
Laboratório de Língua Estrangeira	1
Laboratório de Matemática	1
Sala Multimídia	1
Sala de Recurso Midiático	1
Sala de STE	2
Sala para os Agentes de Limpeza	1
Sala de apoio Pedagógico	1
Sala de acervo de livro didático	1

Sala de Professores	1
Cozinha	1
Copa	1
Sala de Direção	1
Secretaria	1
Biblioteca	1
Quadra poliesportiva coberta	2
Banheiro da cozinha	1
Banheiro p/ alunos (conjuntos)	3
Banheiro p/ professores e administrativos (conjuntos)	3
Sala de Recursos multifuncionais	1
Anfiteatro	1
Total=	38

A sala de recursos multifuncionais é disponibilizada para o atendimento de alunos com necessidades educativas especiais. O anfiteatro da instituição tem a capacidade para 240 pessoas. A escola tem como tarefa exigir do aluno o cuidado quanto à conservação e bom uso do prédio. Essa instituição de ensino oferece as séries finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio do curso Regular organizados em trinta salas de aula no período matutino; vinte e nove salas no período vespertino e doze no noturno regular, somadas a mais três do Projeto AJA, totalizando, em resumo, 74 salas de aula nos três períodos. Com a implementação do Novo Ensino Médio, criou-se mais 51 turmas das Unidades Curriculares Itinerários formativos, com aulas na sexta-feira, distribuídos nos três períodos.

No período noturno o ensino médio regular tem quatro (4) aulas de 50 minutos presenciais, e são complementadas por aulas não presenciais realizadas por meio de atividades remotas. E o Projeto AJA possui cinco (5) aulas de 40 minutos.

8.2 -Oferta e organização do tempo

A Escola se organiza em três turnos funcionando no matutino das 7h às 11h25min, vespertino das 13h às 17h25min e noturno 19h às 22h35min. Cumpre jornada anual de 200 dias letivos divididos em quatro (4) bimestres. No período diurno (matutino e vespertino) são cinco aulas diárias no Ensino Fundamental e Médio executados de segunda a sexta feira com 50 minutos, no período noturno são 4 aulas de 50 minutos, sendo que o Projeto AJA Fundamental e Médio apresenta cinco aulas de 40 minutos. Diariamente, ocorre intervalo (recreio) de quinze minutos em todos os turnos.

Com a ampliação da carga horária do Novo Ensino Médio, a nova matriz curricular oferece aulas não presenciais com atividades remotas.

8.3-Equipe escolar

Contando com 122 turmas de ensino, no total, sendo 71 de componentes curriculares e 51 de Itinerários Formativos, a escola possui, atualmente: 232 (duzentos e trinta e dois) funcionários para atendimento das demandas existentes, 174 (cento e setenta e quatro) correspondem ao cargo de professores e 58 (cinquenta e oito) administrativos.

Do total de professores, 110 (cento e dez) são contratados, 35 (trinta e cinco) deles são graduados, 45 (quarenta e cinco) com especialização e 30 (trinta) mestres.

Ainda no quadro de professores, temos 64 (sessenta e quatro) concursados, 8 (oito) com graduação, 33 (trinta e três) especializados, 22 (vinte e dois) mestres e um (1) doutor.

Já os funcionários administrativos, contam com três (3) cargos ocupados por colaboradores com ensino fundamental; 21 (vinte e um) cargos de ensino médio; 11 (onze) graduados; 20 (vinte) com especialização e três (3) mestres.

1. ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA.

Apresentando por linhas de ação a Recomposição e a Recuperação de Aprendizagens, esta unidade escolar organiza e gerencia sua prática pedagógica tendo por base o diagnóstico e planejamento que possam nortear a construção de propostas possíveis de serem executadas.

9-Organização e gestão da prática pedagógica

9.1 -Organização Curricular

Elaborado sob a ótica de conduzir o educando a aquisição e desenvolvimento de competências, a organização curricular da Escola Estadual Presidente Vargas apresenta uma ementa elaborada com base no Currículo do MS e na Matriz de Habilidades Essenciais, contemplando dois eixos: o primeiro fundamentado na Base Nacional Comum Curricular, e o segundo constituindo a parte diversificada estabelecida com base no contexto regional e local.

O primeiro tem por finalidade fornecer ao educando acesso aos conhecimentos mínimos necessários para exercício da vida cidadã, tendo por objetivo a formação integral do aluno. Pautado nos aspectos cognitivos e socioemocionais, esse eixo constitui-se na parte comum aos currículos nacionais.

Em suma, a primeira parte do currículo constitui-se em uma ementa própria e específica de cada componente curricular e em consonância com os demais componentes curriculares constituintes de cada área de conhecimento.

O segundo, também obrigatório, busca complementar a base comum com objetos de conhecimentos estabelecidos a partir de temas de interesse da comunidade, materializados nos Temas Transversais/Contemporâneos.No Novo Ensino Médio, com a ampliação da carga horária, temos a implantação dos Itinerários Formativos em conformidade com a BNCC, embasado na concepção de que a aprendizagem é um processo que envolve todas as dimensões da existência humana e na busca pela superação da dinâmica fragmentada da atividade pedagógica.

9.1.1 - Recomposição das aprendizagens

Visando reduzir o déficit de aprendizagens comprometidas pelo contexto de crise pandêmica, a Secretaria Estadual de Educação – SED/MS instituiu o Plano de Recomposição de Aprendizagens – PRA de modo a

estabelecer e organizar estratégias de ensino com foco na equidade educacional e na recomposição de habilidades essenciais e estruturantes.

A vista disso e em conformidade com a resolução SED nº 4.026, de 02 de maio de 2022 que dispõe sobre o Plano de Recomposição das Aprendizagens (PRA-MS), concerne a sua execução nesta unidade escolar à equipe gestora, composta pela Direção, Direção Adjunta, Coordenação Pedagógica e ao Corpo Docente, tendo por aporte o planejamento e a implementação de Metas de Aprendizagens especificadas no Plano de Trabalho do PRA da EE Presidente Vargas. Estas deverão ser estabelecidas com base no perfil e diagnóstico dos estudantes, bem como, no mapeamento das turmas.

No interior desse escopo, compete à Equipe Gestora: implementar o PRA e elaborar plano de trabalho com vistas a atender a demanda existente; encaminhar cópia do Plano de Trabalho a CRE – 05 para acompanhamento; divulgar o Plano a comunidade escolar mobilizando estudantes e seus responsáveis; orientar os docentes no desenvolvimento de seus trabalhos, registros e acompanhamento dos avanços dos educandos; acompanhar e avaliar a realização das atividades de recomposição; realizar formações sobre o PRA-MS.

Ao Corpo Docente compete: planejar as atividades de recomposição tomando por base a Matriz de Habilidades Essenciais; avaliar continuamente o desempenho do estudante, por meio de instrumentos diversificados, registrando seus avanços e suas dificuldades, redirecionando o trabalho quando necessário; registrar o desempenho do estudante e os resultados obtidos ao final do Plano de Recomposição das Aprendizagens, com indicação dos progressos evidenciados e das necessidades de aprendizagem a serem focadas no replanejamento das ações de recomposição ao longo do ano letivo; participar das atividades de formação, das reuniões e dos encontros.

Cabe ao Coordenador (res) do PRA a articulação e monitoramento da implementação e eficácia das estratégias elaboradas com base em metodologias ativas e práticas inovadoras e presentes no Plano de Trabalho.

9.1.2 - Metodologias

Compreendendo a aprendizagem como ação contínua e ininterrupta ao longo de toda a vida, estrutura-se o ensino como processo de preparação ao exercício da vida cidadã. Nessa perspectiva, assenta-se a busca pela autonomia na aprendizagem, o que requer a aquisição de competências e habilidades essenciais ao educando.

A organização de tal processo de ensino assenta-se na diversificação de metodologias, tendo por centralidade conduzir ao engajamento pelo envolvimento do aluno com seu objeto de aprendizagem indo para além da aceção de aquisição do conhecimento, ampliando a concepção de educar para construção de conhecimentos.

A Base Nacional Comum Curricular dispõe em sua fundamentação teórica sobre tais metodologias, sendo elas: aprendizagem colaborativa, ensino por problematização, educação por projetos, multiletramento, metodologias dinâmicas, ensino híbrido, estudo de caso, gamificação, seminários e discussões, sala de aula invertida, storytelling e mão na massa, dentre outras.

Mensalmente, é realizada uma reunião por área de conhecimento com a presença dos professores, coordenadores e diretora ou diretor adjunto. Nessas ocasiões os professores discutem os aspectos mais relevantes do currículo, organizam a elaboração de propostas de trabalho para cada ano escolar, de modo a contemplar todas as turmas com metodologias que atendam às necessidades dos educandos.

Considerando o desenvolvimento de competências e habilidades, as metodologias de aprendizagem, contempladas nesse PPP, oportunizam e potencializam o protagonismo e desenvolvimento integral do estudante por meio de:

- Incentivo as pesquisas bibliográficas;
- Realização de trabalhos que conduzam o aluno a identificar as diferenças entre plágio e paráfrase;
- Incentivo a atos que conduzam ao desenvolvimento da cultura e do hábito da leitura;
- Trabalhos de práticas ativas e de estudos, como forma de corrigir vícios que impedem a construção do conhecimento, adquiridos durante a pandemia, como por exemplo, buscar respostas prontas;
- Desenvolvimento de atividades com níveis de dificuldades distintos para que os discentes se sintam desafiados, buscando estimular o aluno a pesquisar e produzir seu conhecimento;
- Compartilhar entre os educandos práticas de estudos e aprendizagens que possam ser utilizados pelos colegas de sala;
- Estabelecer, em calendário, data de execução de atividades, em especial o plano de recomposição da aprendizagem (PRA);
- Desenvolver os diversos métodos de aprendizagem (metodologias ativas) descritos na BNCC e no Referencial Curricular do MS, de acordo com as possibilidades de recursos da unidade escolar;
- Utilizar de aulas expositivas/dialogadas, seminários, dramatizações, leituras, discussões de texto, trabalhos

- individuais, problematizações e relatos de observações para a efetiva compreensão de temas a serem abordados bem como a utilização de recursos tecnológicos diversos;
- Garantir espaços de aprendizagem reflexiva levando o educando a compreender, exercitar e avaliar seu próprio desempenho;
 - Integrar os temas contemporâneos no cotidiano de sala de aula e;
 - Incentivar diversas formas de expressão como: produção de vídeos, peças teatrais, poemas, textos, pinturas, danças, músicas, esportes de modo a contemplar as mais diversas habilidades dos estudantes.

9.1.3 - Avaliação das aprendizagens: instrumentos e critérios

Tais pressupostos se materializam no alinhamento dos conteúdos trabalhados nesta Unidade Escolar ao Currículo do MS e a Matriz de Habilidades Essenciais e conduz a diversificação nas metodologias de ensino praticadas pelos professores. Dessa maneira, a avaliação deve estar em consonância e ser uma continuidade da metodologia aplicada no processo de ensino, pelo educador, e aferir a evolução do aluno em seus aspectos cognitivos e socioemocionais.

Na E.E. Presidente Vargas, o Processo Avaliativo constrói a nota do educando considerando exatamente tais quesitos, da seguinte forma:

MÉDIA BIMESTRAL: AVALIAÇÃO (valor 8,0) + FORMATIVA (valor 2,0) = 10,0

Portanto, à nota de zero a oito (8,0), construída por prova formal, metodologias diferenciadas e práticas ativas, será acrescida uma nota formativa de até dois (2,0) pontos resultante de critérios objetivos que busquem desenvolver posturas no educando como: rotinas de estudos com a realização das atividades extraclasse, utilização do aparelho celular somente quando previsto em atividades pedagógicas, uso do uniforme, utilização dos materiais escolares em conformidade com o horário das aulas, organização e presença do conteúdo no caderno escolar e outros quesitos a serem acordados entre o educador e o educando, em sala de aula, antes de sua aplicação, evitando a subjetividade nos preceitos a serem avaliados.

Neste sentido e visando adequar as metodologias avaliativas ao contexto atual, tornam-se ações essenciais diagnosticar, mapear, recuperar e rever continuamente o processo de ensino frente à necessidade de recompor aprendizagens, não somente cognitivas, mas também socioemocionais o que requer a diversificação na forma de avaliar, pelo educador que, para além de quantificar a aquisição de conhecimentos conduza ao desenvolvimento de posturas no educando com vistas à autonomia de aprendizagem.

Dessa forma, o docente deverá observar cada etapa da evolução da aprendizagem, utilizando as metodologias avaliativas para diagnosticar e intervir sempre que houver necessidade de aprimoramento, sendo que, neste sentido a avaliação torna-se consequência de sua metodologia de ensino.

9.1.4 - Recuperação Paralela

A recuperação de conteúdo é direito do aluno previsto na LDB 9394/1996. A escola determina que a mesma deva ser realizada na medida em que detectarmos deficiências no processo de aprendizagem e no rendimento do estudante. Dessa forma, ocorrerá em horário normal das aulas.

Vale ressaltar que, paralelamente às avaliações que compõem a nota bimestral, ocorre o procedimento de recuperação que pode ter caráter qualitativo e/ou quantitativo. Confere a recuperação qualitativa; revisões, discussões, recapitulações de objetos de conhecimento, entre outros e esta deve prevalecer sob a quantitativa.

A avaliação do rendimento escolar do (a) estudante deverá considerar os procedimentos próprios da recuperação paralela. A E.E.P. Vargas cumpre a Resolução/SED nº 3.955, de 15 de dezembro de 2021: Art. 212.

§ 1º As escolas deverão oferecer, a título de recuperação paralela de estudos, quando verificado o rendimento insuficiente, novas oportunidades de aprendizagem, sucedidas de avaliação, nos termos do estabelecido nesta Resolução, durante os bimestres, antes do registro das notas.

§ 2º Para atribuição de nota resultante da avaliação das atividades de recuperação paralela de estudos, prevista no parágrafo anterior, deverá ser utilizado o mesmo peso da que originou a necessidade de recuperação, prevalecendo o resultado maior obtido.

9.2 - Regime de progressão parcial

O regime de Progressão Parcial – RPP é um procedimento pedagógico e administrativo, que tem por finalidade propiciar ao estudante retido por aproveitamento, novas oportunidades de aprendizagem. Nas escolas da Rede Estadual de Ensino o estudante que não obteve aproveitamento em até três (3) componentes curriculares do 7º (sétimo) ano do ensino fundamental até o 2º (segundo) ano do ensino médio, deverá cursá-las, subsequente e concomitantemente, nos anos seguintes em RPP. Para fins de aprovação na Progressão Parcial, o estudante deverá atingir o aproveitamento igual ou superior a seis (6,0) no componente curricular objeto da RPP, podendo ser pela entrega do Plano de Estudo ou pela aplicação de uma avaliação (esta escolha fica a critério de cada unidade escolar). São ofertados dois momentos em calendário escolar a aplicação da RPP: um no primeiro semestre no mês de junho e outro no segundo semestre no mês de novembro.

A partir do ano de 2020 a RPP passou a ser responsabilidade da ESCOLA conforme os dispositivos estabelecidos no Capítulo X da RESOLUÇÃO/SED N. 3.659, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019; no Capítulo X da Resolução SED n. 3.797, de 04 de dezembro de 2020; no Capítulo X da Resolução SED n. 3.955, de 15 de dezembro de 2021, e as orientações emanadas pela Comunicação Interna Circular SUPED/SED n. 313/2022; CI n. 1982 de 24 de junho de 2022, Orientações sobre o Regime de Progressão Parcial das unidades curriculares dos itinerários formativos; CI n. 115 de 01 DE fevereiro DE 2021 – Manual em Regime de Progressão Parcial – CI n. 114 de 28 de janeiro de 2020, com planos e links disponíveis para adaptações.

Na unidade escolar a modalidade escolhida pelos professores foi: elaboração de Plano de Estudo contendo teoria e exercícios para serem entregues aos alunos e aplicação de prova no valor de zero (0,0) a dez (10,0) pontos nas datas estipuladas no calendário escolar.

Observação: no ano corrente (2022), a avaliação do estudante em RPP Nas Unidades Curriculares dos Itinerários Formativos deverá ocorrer até o dia 29 de julho, impreterivelmente. Para tanto, o Plano de Estudos a ser definido pela escola abrangerá as aprendizagens essenciais previstas na proposta pedagógica da(s) unidade(s) curricular (es) que o estudante será avaliado.

10 - Ações pedagógicas para prevenção e enfrentamento de demandas do cotidiano

O estreitamento das relações da escola com sua comunidade constituem-se, em princípio, essencial ao estabelecimento de laços e tem por finalidade desenvolver em todos os seus integrantes noções de pertencimento, de tal modo que, a Escola Estadual Presidente Vargas busca, na diversificação dos mecanismos de contato e escuta a seus segmentos, complementar a representatividade que estes possuem em seus respectivos órgãos.

Nessa perspectiva, compreende-se o desenvolvimento da criticidade, respeito, da postura de pertencer ao espaço escolar como ação básica e essencial ao enfrentamento das diversas demandas encontradas no seu cotidiano.

Tornam-se momentos importantes para trabalhar ações de utilização da parte diversificada do currículo por meio dos Temas Contemporâneos, quando temas de interesse da comunidade escolar podem ser aprofundados e propostas de intervenção podem ser construídas.

Também, os Componentes Curriculares de Pesquisa e Aúria, Projeto de Vida e Intervenção Comunitária ganham centralidade no processo, não somente pelas possibilidades de trabalho mas, sobretudo, por consolidar as finalidades atuais do Currículo do MS de estabelecer a formação integral, cognitiva e socioemocional do educando, na perspectiva dos conhecimentos mínimos necessários ao exercício da vida cidadã.

11-Gestão democrática: papel do gestor escolar

Constituída por órgãos colegiados com representação de todos os segmentos escolares, a gestão escolar democrática é norteada pelas diretrizes estabelecidas pelas políticas públicas educacionais de implementação de projetos pedagógicos tendo por finalidade primeira garantir, aos educandos, atingir os objetivos de aprendizagens

estabelecidas pela mantenedora.

Nesse conjunto de circunstâncias, o gestor escolar deve desempenhar o papel de articular entre os órgãos representativos as ações que objetivem alcançar os padrões estabelecidos pelas legislações e em consonância com índices nacionais e internacionais balizadores do ensino de maneira que possam ser traduzidos em aprendizagem de qualidade.

Dentro deste contexto, desempenha seu papel por meio do planejamento, acompanhamento e avaliação do desempenho de alunos, professores e administrativos da unidade escolar como forma de nortear as tomadas de decisões possibilitando rever, periodicamente, objetivos e ações, estabelecendo ambiente colaborativo com objetivo de proporcionar que todos os seus componentes se sintam pertencentes e responsáveis pelo exercício cívico de construção contínua do espaço democrático e de suas relações.

Para o cumprimento de tais pressupostos, guia-se pelos princípios da administração pública de legalidade, da impessoalidade, da publicidade, da moralidade e eficiência no exercício da gestão, compartilhando decisões e informações junto com o estabelecimento de objetivos comuns assumidos pela coletividade.

Assim, a Escola Estadual Presidente Vargas busca no envolvimento de Pais, Alunos, Professores, Funcionários e integrantes da administração escolar ampliar a discussão de propostas, implementação de ações conjuntas e tomada de decisões a fim de se obter bons resultados educacionais. Esta forma de organização e trabalho denomina-se Gestão Escolar Democrática e sua função constitui-se em organizar, coordenar e acompanhar todas as atividades desenvolvidas na escola de forma a auxiliar e gerenciar os diversos setores, todos os integrantes da coordenação e técnicos administrativos no cumprimento das Leis, regulamentos e determinações dos órgãos superiores do Sistema de Ensino, a fim de garantir o alcance dos objetivos educacionais da Unidade Escolar, definidos nas Políticas Educacionais da Secretaria de Estado de Educação.

12-Conselho de Classe

A partir da implantação de um terço de hora atividade, foi possível elaborar um trabalho que a escola denomina hoje, Conselho de Classe Permanente. Trata-se da organização de um agendamento de atendimento semanal conforme a hora de planejamento do professor que possibilita o relato de eventuais problemas que ocorrem ao longo do bimestre. Desse modo, a coordenação pode mediar situações de questões disciplinares e pedagógicas, logo que estas são detectadas. É possível atender os alunos e seus responsáveis ainda antes do término do bimestre. O atual trabalho vem proporcionando ao grupo uma agilidade no aspecto de observar cada aluno em sua individualidade assim como possibilita que as informações sejam passadas a todos em um espaço de tempo bem mais curto, visto que durante a semana todos os professores têm seu momento para dialogar e receber orientações que permitem intervenções pontuais em cada sala de aula e/ou aluno.

O resultado do trabalho vigente, aliado a prática de avaliação do trabalho pedagógico, que ocorre por meio do Conselho Participativo em sala de aula, segundo quais os alunos apontam os aspectos positivos, negativos e dão sugestões, permitem que o momento de reunião do Conselho de Classe atualmente, seja bastante produtivo. Neste, são discutidos os problemas que ainda não foram sanados e são apresentadas pela coordenação e grupo de docentes propostas de ações pedagógicas ou disciplinares conforme a necessidade de cada turma.

13 -Relações entre a escola e a comunidade

A Escola busca estabelecer uma estreita parceria com a comunidade por meio de seus representantes presentes nos órgãos deliberativos da escola, especificamente o Colegiado Escolar onde todos os segmentos encontram-se representados e a Associação de Pais e Mestres – APM, pela participação nas tomadas de decisões, por meio de reuniões e assembleias, em que as questões de funcionamento e organização da escola, são amplamente discutidas e deliberadas por todos.

Estreita seus vínculos com a comunidade pela promoção de eventos culturais como: Festa Junina e Temática, Gincanas e Feiras Culturais, Formaturas de conclusão das modalidades de Ensino ofertadas.

A unidade escolar apoia a participação dos seus estudantes em competições esportivas e em olimpíadas culturais e do conhecimento em nível local, regional e Nacional.

Por se tratar de uma comunidade oriunda de todos os bairros da cidade, vários são os meios utilizados para que a

comunicação seja efetivada, como: bilhetes, e-mails, telefone, site próprio e perfis nas redes sociais facebook, instagram implementação de grupos de WhatsApp de turmas e de atendimento a alunos, pais e responsáveis.

A escola estabelece parcerias com a comunidade para a realização de projetos de formação destinada a docentes e discentes, como palestras, exposições e simpósios.

14 - Formação continuada condições de trabalho

A conquista de uma educação de qualidade envolve o desenvolvimento de novas práticas, reflexão e postura crítica acerca das questões educacionais visando as mudanças que as novas demandas necessitam. Deve ser voltada para uma prática pedagógica, com embasamento prático/teórico/tecnológico que o aproxime da contemporaneidade e acompanhe transformações sociais compreendendo e incorporando as novas tendências apontadas pelas pesquisas, bem como a inclusão, como propõe a LDB (Lei nº 9.394/96). A fim de conquistar essas modificações significativas na educação, faz-se necessário a atualização contínua.

Quando se fala em educação de qualidade está se falando em formação continuada de professores, onde se destaca: a formação, a profissão, a avaliação e as competências que cabem ao profissional. O educador que está sempre em busca de uma formação contínua, bem como a evolução de suas competências pretende ampliar o seu campo de trabalho (PERRENOUD, 2002, p. 25).

Assim, ao buscar a Formação Continuada os educadores estarão constantemente refletindo sobre suas práticas, avaliando-as e criando possibilidades para que as mudanças ocorram no cotidiano escolar.

Na E.E.P.V. a Formação Continuada tem previsão garantida no Calendário Escolar, sendo uma por bimestre. Essa formação é direcionada pela Secretaria de Estado de Educação (SED). Além disso, a Coordenação Pedagógica realiza, mensalmente, uma reunião de estudos e planejamento com o objetivo de trocar conhecimentos e atualizações. Os professores são convidados a participar de reuniões pedagógicas, seminários e palestras em seus horários de atividades pedagógicas.

15 - Avaliação institucional: interna e externa

15.1. INDICADORES EXTERNOS:

Além dos indicadores de qualidade internos (que são avaliações realizadas bimestralmente), a escola também está sujeita aos instrumentos oficiais de medida de qualidade como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), o Sistema de Avaliação da Educação Básica do Estado de Mato Grosso do Sul (SAEMS) e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Todos esses mecanismos são norteadores de qualidade em que a escola se baseia para traçar metas de crescimento em qualidade e possíveis correções de pontos insatisfatórios do desenvolvimento.

15.1.1- IDEB – O IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) é calculado com base no desempenho do estudante e nas taxas de aprovação, retenção e evasão. O índice é apresentado numa escala de zero (0) a dez (10) e é medido a cada dois anos.

Tabela 1. IDEB da Escola Estadual Presidente Vargas (2005-2017)

	IDEB Observado							Meta
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019
IDEB Brasil	3.5	3.8	4.0	4.1	4.2	4.25	4,7	5.2

IDEB Estado	2,9	3,5	3,6	3,5	3,7	4,1	4,8	5,1
IDEB do Município	3,3	3,9	3,9	3,7	3,8	4,3	4,7	5,1
	IDEB da Escola Observado							Meta
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019
E. E. Presidente Vargas	3,4	4,4	5,0	5,1	4,4	5,0	5,2	5,2

A tabela 1 explicita as taxas do IDEB na escola entre os anos de 2005 a 2017. De modo geral, verifica-se o crescimento significativo no período referido, indo de 3,4 (momento no qual se deu início à avaliação no País) a 5,2 (resultado da última avaliação). Além disso, observa-se que a escola possui, em todos os anos, índice superior em comparação à média das esferas municipal, estadual e nacional.

15.1.2 - SAEB - O Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) tem como principal objetivo avaliar a Educação Básica brasileira e contribuir para a melhoria de sua qualidade e para a universalização do acesso à escola, oferecendo subsídios concretos para a formulação, reformulação e o monitoramento das políticas públicas voltadas para a Educação Básica. Além disso, a partir dos resultados obtidos por aplicação em amostra, procura oferecer dados e indicadores que possibilitem maior compreensão dos fatores que influenciam o desempenho dos alunos nas áreas e anos avaliados por meio de exame bial de proficiência em Matemática e Língua Portuguesa.

Tabela 2. Resultados do SAEB/ Prova Brasil 2013 a 2017

	2011		2013		2015		2017	
9º ANO	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática
MS	245,58	253,73	247,55	251,24	260,02	261,05	260,91	260,24
E.E. Pres. Vargas	276,93	287,55	266,88	274,89	280,41	283,03	286,70	287,55

	2011		2013		2015		2017	
3º ANO ENSINO MÉDIO	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática
MS	-	-	-	-	-	-	272,85	272,29

E EPres Vargas	-	-	-	-	-	-	299,77	298,46
----------------	---	---	---	---	---	---	--------	--------

15.1.3 - SAEMS - É o Sistema de Avaliação Da Educação Da Rede Pública de Mato Grosso do Sul (SAEMS), tem por objetivo promover o acompanhamento da qualidade da formação acadêmica do estudante, pois fornece informações consistentes, periódicas e comparáveis sobre o desempenho do aluno bem como identificar pontos de atenção, e oferecer insumos para o desenvolvimento de novas ações.

Tabela 3 - SAEMS 2016 – Resultado por ano de aplicação, salas e componente curricular avaliado

	LÍNGUA PORTUGUESA		MATEMÁTICA		PRODUÇÃO DE TEXTO	
	MS	EEPV	MS	EEPV	MS	EEPV
2016						
8º ANO	245.3	273.0	242.9	266.7	7.6	8.0
1º ANO	258.0	271.7	254.3	266.4	4.4	4.7

Tabela 4 - SAEMS 2017 – Resultado por ano de aplicação, salas e componente curricular avaliado

	LÍNGUA PORTUGUESA		MATEMÁTICA		PRODUÇÃO DE TEXTO	
	MS	EEPV	MS	EEPV	MS	EEPV
2017						
2º ANO	273,2	284,8	257,9	271,7	4,8	5,8

15.1.4 - ENEM - Criado em 1998, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) tem o objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao fim da escolaridade básica. Podem participar do exame alunos que estão concluindo ou que já concluíram o ensino médio em anos anteriores. O Enem é utilizado como critério de seleção para os estudantes que pretendem concorrer a uma bolsa no Programa Universidade para Todos (Prouni). Além disso, universidades públicas usam o resultado do exame como critério de seleção para o ingresso, seja complementando ou substituindo o vestibular.

Tabela 5 – Indicadores contextuais (2009-2017)

Média da escola	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Ciências da Natureza	509	499	475	474	483	505	505	502	512	504,5
Ciências Humanas	510	567	487	530	524	568	586	562	542	571
Linguagens e Códigos	512	528	523	504	508	532	530	540	536	538,3
Matemática	484	517	535	527	532	503	513	522	534	546,6
Redação	663	605	575	523	559	536	586	575	589	535

Em relação às médias dos indicadores contextuais, ou seja, das áreas entre as quais o Enem é dividido, observa-se que a escola obteve resultados satisfatórios entre os anos de 2013 a 2018. Destaca-se o fato de que também houve progressivo aumento das médias em todos os indicadores, conforme os dados disponibilizados na Tabela abaixo.

15.2. - AVALIAÇÃO INTERNA.

A avaliação institucional interna consiste numa avaliação realizada de forma processual e permanente, além de um momento de consulta pública realizado anualmente, com data prevista no calendário, envolvendo toda a comunidade escolar. Ela tem por finalidade debater sobre todas as dimensões da escola e avaliar todas as ações e projetos desenvolvidos na instituição durante o ano letivo, com a função de verificar qual é a mudança que será necessária acontecer em todos os aspectos da escola. Para tanto, a escola deve compor uma comissão de organização e acompanhamento e utilizar um instrumento de avaliação online a ser aplicada em toda a comunidade escolar. Os questionários devem ser constituídos de uma parte de alternativas com classificação em ótimo, bom, regular e ruim, além de outra parte, em forma de respostas pessoais e apresentação de sugestões. Os questionários devem conter uma parte de âmbito geral e outra de caráter específico destinada a cada um dos segmentos.

16 - Plano de ação

Construído em consonância com os índices de desempenho, avaliações interna e externa, cumprimento a legislações de ensino e orientações encaminhadas pela mantenedora, o Plano de Ação da EE Presidente Vargas estabelece os objetivos e metas a serem atingidas pela comunidade escolar, sendo elas:

1. Elevar o desempenho da unidade escolar referendado pela média do IDEB.
- Analisar os casos de reprovação, seus avanços ou retrocessos;
 - Retomar conteúdos defasados, oferecendo uma recuperação eficiente e acompanhando alunos com dificuldade de aprendizagem;
 - Fazer uso efetivo dos recursos tecnológicos que a escola disponibiliza como instrumento de auxílio na aprendizagem;
 - Tomar o conselho de classe um espaço de reflexão pedagógica em que pais, alunos e educadores, sintam-se envolvidos num processo capaz de reorientar a ação pedagógica a partir de fatos apresentados e metas traçadas pelo PPP;
 - Aumentar o número de projetos na escola em 100%;
 - Realizar atividades com fins específicos de preparar os estudantes para as avaliações externas como o ENEM, Vestibulares, Concursos e Prova Brasil;

- Implantar programas relacionados aos temas intertransculturais, oportunizando aos estudantes por meio da Missão, Visão e Valores da Escola Estadual Presidente Vargas uma formação integral;
2. Priorizar Competência geral de número 4 da BNCC: Comunicação. Utilizar diferentes linguagens (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital, bem como os conhecimentos das linguagens artísticas, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
- Integrar em 100% os vários setores da escola, respeitando suas particularidades;
 - Melhorar a conexão entre docentes e demais servidores, agilizando o fluxo de informações por meio de recursos tecnológicos como: grupos de WhatsApp, e-mail coletivo e implementação de site escolar;
 - Criar um protocolo para encaminhamentos de documentação e prazos para a expedição de documentos;
 - Proporcionar aos professores momentos de reflexão sobre suas práticas, trabalhos em equipe e troca de experiências;
 - Promover a ampla participação das famílias nas reuniões, culminância de projetos e eventos pedagógicos abertos à comunidade por meio de um bom relacionamento, criatividade na criação desses eventos e busca por parcerias;
 - Organizar reuniões periódicas com a equipe gestora;
 - Elaborar coletivamente as normas, estabelecendo regras e ações para o decorrer do ano letivo.

17 - Avaliação do PPP

Os trabalhos de avaliação e reestruturação do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Presidente Vargas tiveram início com reunião do dia 12 de março de 2022 no auditório da unidade escolar que contou com a presença da direção, coordenação e corpo docente. Neste momento foi realizada a leitura de documento encaminhado pela Secretaria de Estado de Educação – SED/MS, convidando a todos a refletir sobre a resignificação do Projeto Político Pedagógico no sentido de se estabelecer aquilo que deveria ser revisto e quais aspectos seriam merecedores de serem potencializados para se garantir a aprendizagem dos estudantes.

Em 28 de maio de 2022, os professores foram divididos em grupos com a finalidade de proceder à leitura de recortes do PPP de modo crítico. Os trabalhos conduzidos pela coordenação reuniram os documentos necessários à verificação das principais mudanças ocorridas na educação, em especial, no ensino médio com a recente implantação da BNCC, mas também, Currículo do MS, PRA e Matriz de Habilidades Essenciais.

Neste dia a dinâmica das oficinas objetivou verificar se o texto contemplaria aspectos contemporâneos com apontamentos dos trechos desatualizados a serem reescritos e os novos títulos a serem acrescentados ao corpo do documento e, ao final dos trabalhos, foram estabelecidas comissões, com a finalidade de dar encaminhamento aos trabalhos, definidas com base no roteiro de reestruturação do PPP.

Em 25 de junho, dando continuidade aos trabalhos de reestruturação do PPP, as anotações feitas na data de 28/05 serviram de aporte para que os grupos iniciassem a reescrita do texto do Projeto Político Pedagógico bem como a inclusão de novos itens que passaram a fazer parte do documento, sendo eles, a “Recomposição de Aprendizagens” com a implantação do PRA e as “Ações Pedagógicas para Prevenção e Enfrentamento de Demandas do Cotidiano”.

Objetivando o envolvimento dos segmentos dos educandos e dos pais/responsáveis nos trabalhos estabelecidos, na data de 28 de julho, os professores trabalharam com os educandos, nos três turnos, a leitura de texto explicativo sobre o que é o documento PPP e qual o seu importância para os segmentos e funcionamento da escola. Nesse mesmo dia, foi perguntado para os alunos, em sala de aula, “Como fazer para que a Comunidade Escolar (alunos, pais, responsáveis legais, funcionários, professores, sociedade em geral) se sinta mais próxima e pertencente à Escola Presidente Vargas?” E “Na opinião da turma, quais ações estes consideravam ser necessárias para que se estreitassem os laços entre a comunidade e a escola”.

Em 29 de julho foi encaminhado formulário, através do Google Forms, ao segmento dos pais/responsáveis legais, através de arquivo contendo o mesmo texto explicativo do PPP, bem como as questões trabalhadas com os educandos em sala de aula no dia 28/07. Tais consultas tiveram por finalidade proporcionar a participação destes segmentos na reestruturação do projeto bem como consubstanciar o texto argumentativo do documento.

Na fase final dos trabalhos, na data de 01 de setembro de 2022, conforme orientações da CI nº 213 de

08/08/2022 que instituiu o dia D do PPP, tendo se reunido no auditório da unidade escolar representantes dos segmentos desse estabelecimento de ensino, procedeu-se a leitura do documento para apontamentos finais e aprovação do texto pela plenária, trabalhos esses a serem executados pela comissão de correção e revisão.

18 - Comissões responsáveis pelo PPP

Tendo os gestores a frente dos trabalhos, a condução do processo de reestruturação do Projeto Político Pedagógico contou com representantes de todos os segmentos ao longo de meses de leituras, discussões e consultas a documentos. Para tanto, a equipe de coordenação constituiu-se em comissão permanente e de mobilização dos segmentos escolares, organizando encontros, seleção de documentos e tratamento das informações compartilhadas.

Coube ao corpo docente, com base em leituras e análises dos documentos, bem como, dos dados levantados pela Comissão de Diagnóstico composto por funcionários administrativos da secretaria da unidade escolar, estabelecer o contexto no qual esta se encontra inserida, propondo alterações tendo por aporte as concepções teóricas contidas nos principais documentos orientadores dos trabalhos de ensino, na rede pública estadual.

Cumpre-nos, ressaltar que, os estudos dos documentos orientadores bem como as discussões realizadas ao longo de meses de trabalho, demonstraram que o Projeto Político Pedagógico, para além de ser um documento orientador, consiste em espaço permanente de discussão e reestruturação dos trabalhos educacionais, espaço este em permanente construção, portanto, e que deve ser reavaliado periodicamente para que possa se encontrar em consonância com o contexto educacional de nosso País e do Estado de Mato Grosso do Sul.

19 - Referências

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2018.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.

Currículo de referência de Mato Grosso do Sul: **Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Campo Grande: SED, 2019.

Indicadores Educacionais. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>.

LEI nº. 13.415, (Federal) de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

LEI n. 13.819, de 26 de abril de 2019, institui a Política Nacional de Prevenção da automutilação e do suicídio.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da Escola Pública**, – A pedagogia crítico social dos conteúdos, 2006, 21a edição.

NEVES, Carmen Moreira de Castro. Autonomia da Escola Pública: Enfoque operacional. In VEIGA, I. P. A. da. **Projeto Político Pedagógico da Escola: Uma Construção Possível**. 11 Ed. Campinas, SP: Papyrus, 1995, p. 95 – 129.

PEREIRA, Rodrigo. **Desenvolvendo a competência em informação**: resultados da prática no ensino fundamental. – 1.ed. – Rio de Janeiro: Interciência, 2015.

Resolução/SED n. 3.280, de 17 de maio de 2017 – **Dispõe sobre o Regimento Escolar das escolas de Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul.**

Resolução/SED n. 3.556, de 17 de janeiro de 2019 – **Dispõe sobre o Regimento de Progressão Parcial nas etapas do ensino fundamental e ensino médio, nas escolas da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul.**

Resolução/SED n. 3.518, de 21 de novembro de 2018 e suas alterações – **Regulamenta o exercício da função de Coordenador Pedagógico nas escolas da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.**

Resolução/SED n. 3019, de 05 de fevereiro de 2016 – **Dispõe sobre a avaliação do rendimento escolar nas escolas da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul.**

Resolução/SED n. 3.544, de 04 de janeiro de 2019 e suas alterações – **Dispõe sobre a organização curricular e o regime escolar do Ensino Fundamental e do Ensino Médio nas escolas da Rede Estadual de Ensino, e da outras providências.**

VEIGA, Ilma Passos A. (Org). **Projeto Político pedagógico: uma cor possível**. 17. Ed. Campinas: Papyrus, 2004.